



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO DE JANEIRO
Campus Engenheiro Paulo de Frontin

**PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS RELAÇÕES COM AS
PRÁTICAS EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A
DIVERSIDADE**

Anexo à Resolução ConSup n. 198, de 16 de setembro de 2024

Reitor

Rafael Barreto Almada

Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Igor da Silva Valpassos

Pró-Reitor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Alessandra Ciambarella Paulon

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Marcus Vinicius da Silva Pereira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Valorização de Pessoas e Sustentabilidade

Bruno Campos dos Santos

Pró-Reitora de Extensão

Ana Luísa Soares da Silva

Diretor Geral do Câmpus Engenheiro Paulo de Frontin

Ricardo Esteves Kneipp

Diretora de Ensino do Câmpus Eng. Paulo de Frontin

Raphael Henrique Silva Sanches

Diretor Administrativo do Câmpus Eng. Paulo de Frontin

Daniel Clarismundo Borges

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. DADOS GERAIS DO CURSO	4
3. APRESENTAÇÃO DO CURSO	6
4. JUSTIFICATIVA	8
5. OBJETIVOS DO CURSO	9
6. PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	10
7. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	12
8. ÁREAS DE ATUAÇÃO	12
9. PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO	13
10. MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO	13
11. MATRIZ CURRICULAR	13
12. EMENTÁRIO	15
13. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO	16
14. CERTIFICAÇÃO	17
15. INFRAESTRUTURA	17
16. RECURSOS PARA A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO DISCENTE	18
17. BIBLIOGRAFIA	18
18. APÊNDICE I	20

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 DO IFRJ - Câmpus Eng. Paulo de Frontin

CNPJ: 10952708/001-04

UG: 10952708/001-04

Diretor Geral: Ricardo Esteves Kneipp

Endereço: Av. Maria Luiza, s/n, Sacra Família do Tinguá

Cidade: Engenheiro Paulo de Frontin

Estado: Rio de Janeiro

CEP: 26660-000

Telefone: (24) 2468-1800

Site da Instituição: portal.ifrj.edu.br/engenheiro-paulo-de-frontin

Outros câmpus envolvidos: não se aplica

Instituições parceiras: não se aplica

1.2 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Proponente: Sabrina Araujo de Almeida

Cargo/Função: Docente

Formação: Licenciatura em Pedagogia, Mestrado em Psicologia e Doutorado em Educação

Titulação: Doutora em Educação

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Matrícula SIAPE: 1882872

Telefone: (24) 99914-6540

Endereço eletrônico (e-mail): sabrina.almeida@ifrj.edu.br

1.2.1 Equipe envolvida na elaboração do projeto (IFRJ)

Nome: Diones Bernardes dos Santos Motta

Cargo/Função: Pedagogo

Câmpus: Engenheiro Paulo de Frontin

Formação: Licenciado em Pedagogia e Artes; Especialista em Gestão Escolar; Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial; Especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas; Mestre em Educação e Doutorando em Educação.

Titulação: Mestre em Educação

Participação: Equipe técnico pedagógica

Regime de trabalho: 40 horas

Matrícula SIAPE: 3310845

CPF: 150.911.737-73

Telefone: (22) 996000619

Endereço eletrônico (e-mail): diones.motta@ifrj.edu.br

1.3 Responsável pela Manutenção de dados nos Sistemas Acadêmicos:

Nome: Sabrina Araujo de Almeida

Cargo/Função: Docente

Formação: Licenciatura em Pedagogia, Mestrado em Psicologia e Doutorado em Educação

Titulação: Doutora em Educação

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Matrícula SIAPE: 1882872
Telefone: (24) 99914-6540
Endereço eletrônico (e-mail): sabrina.almeida@ifrj.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso: Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade

Eixo tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Carga horária total: 180 h

Escolaridade mínima: Licenciatura

Categoria do Curso: () Inicial (X) Continuada

Número de vagas por turma: 250

Modalidade da oferta: () Presencial (X) Ensino à Distância

Público-alvo: Gestores de escolas públicas, docentes e profissionais da educação.

Local a ser realizado: ofertado pelo IFRJ Câmpus Eng. Paulo de Frontin no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle – IFRJ.

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Localizado na região sudeste do país, o município de Engenheiro Paulo de Frontin está situado na região centro sul do estado do Rio de Janeiro, na Serra do Mar e no Vale do Café que por sua vez engloba os municípios de Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras, Barra do Piraí e Paracambi, com um PIB de R\$ 1,7 bilhões e uma população de 280.000 pessoas (2008). Distante a 22 km da Rodovia Presidente Dutra (BR 116) e 85 km da capital, Engenheiro Paulo de Frontin possui aproximadamente 14.002 habitantes de acordo com dados do IBGE (2019).

O município se divide em sede e dois distritos: Sacra Família do Tinguá e Morro Azul e abriga a principal instituição de educação profissional e superior da região, o Instituto Federal do Rio de Janeiro, que fora inaugurado no ano de 2010, ocupando uma área total de 3.261.540 metros quadrados em 60 alqueires na antiga Fazenda da Cachoeira e que, por sua vez, já sediou a Escola Rodolfo Fuchs, a qual fora criada em 1939 e se destinava ao ensino- aprendizagem de menores em situação de vulnerabilidade social.

Em termos de economia local, Engenheiro Paulo de Frontin possui potencial industrial, já que conta com uma indústria de médio porte, especializada em fabricação de artefatos de borracha, indústrias de pequeno porte que sobrevivem da produção de fogos de artifícios e diversas empresas de pequeno porte que atuam nos setores das confecções, das artes gráficas, divulgação, comunicação visual, impressões gráficas, caixas de embalagem de joias finas, água mineral, produção de laticínios, doces artesanais, armações de guarda-sóis, entre outras. No entanto, com a inserção do Instituto Federal do Rio de Janeiro e seu curso superior de jogos digitais, começam a se instalar pequenos estúdios de games indie.

Engenheiro Paulo de Frontin também apresenta um potencial agrícola devido a sua bundância de água de boa qualidade, porém, pouco explorado diante do fato de que há uma grande área de Mata Atlântica preservada, que corresponde a aproximadamente 56% de todo território municipal. Além desse potencial agrícola, o município que possui histórico de baixa rotatividade em recursos humanos abriga ainda muitas fazendas construídas no período do ciclo do café e que atualmente se encontram abertas à visitação, demonstrando assim a sua vocação turística assim como as demais cidades do Vale do Café. Observa-se o potencial para o turismo rural e turismo de aventura, devido

ao grande número de hotéis fazenda e pousadas na região, prática de esporte ecológico como ciclismo, trilha, Rapel entre outros.

Nesse cenário, além da oferta de cursos presenciais, a educação a distância no câmpus Engenheiro Paulo de Frontin teve o início dos trabalhos para regulamentação da EaD a nível institucional com o surgimento da possibilidade de oferta própria de cursos na modalidade EaD por parte dos câmpus. Desde então, o câmpus Engenheiro Paulo de Frontin tem se empenhado no sentido de fortalecer as ações institucionais para a consolidação da educação a distância como oferta própria.

Deste modo, apresenta-se a seguir uma sequência de ações realizadas pelo câmpus que marcam sua atuação na busca pela implantação de cursos na modalidade EaD:

Em fevereiro de 2018 o câmpus recebeu a Diretoria de Educação a Distância que ministrou a palestra sobre Institucionalização da EaD para os servidores. As Direções Geral e de Ensino do câmpus participaram de um encontro promovido pela DEaD com os diretores dos câmpus do centro sul fluminense objetivando elucidar aspectos legais da EaD.

Em outubro de 2018, o câmpus sediou a "I Jornada de Formação em EaD" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o evento – promovido pela Diretoria de Inovação e Tecnologia em Educação Profissional e Tecnológica (DTEIN) da Pró-Reitoria de Ensino Técnico e Tecnológico (Proen) – proporcionou tanto prática quanto o diálogo sobre as possibilidades da modalidade EAD em nível institucional.

A inserção do câmpus Engenheiro Paulo de Frontin na modalidade a distância ocorreu ainda no ano de 2018 com a manifestação de interesse do câmpus por meio do Edital PROEN Nº 05/2018 para cadastramento de novos polos de apoio presencial para cursos e programas de Educação a Distância (EaD) no âmbito dos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Durante o período de visitas in loco, a comissão de avaliação visitou toda a infraestrutura disponibilizada pelo câmpus para a implantação do polo de apoio presencial, conforme Instrução Normativa No. 01/2018/DIEx.

Após a avaliação in loco a comissão concluiu em relatório que o câmpus atende adequadamente aos requisitos preconizados neste processo avaliativo podendo enquanto polo de apoio presencial, receber turmas de educação a distância.

Em 2019 o Conselho Superior (CONSUP) aprovou a oferta do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EaD a ser ofertado pelo câmpus. O Projeto para implantação do Curso conta com a parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Portanto, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade, ofertado na modalidade EaD pela unidade do IFRJ câmpus Eng. Paulo de Frontin.

O Instituto Federal do Rio de Janeiro- câmpus Engenheiro Paulo de Frontin, por ser uma instituição pública federal que tem como objetivo oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, por meio do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade fornece uma excelente opção para a atualização e a formação de profissionais da educação qualificados para o trabalho com as temáticas da diversidade, inclusão e direitos humanos.

Nesta perspectiva, o IFRJ-CEPF propõe-se a ofertar do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade, no formato EaD por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando profissionais, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região, articulado aos processos de democratização e justiça social.

4 JUSTIFICATIVA

A proposta justifica-se pela necessidade de formação dos gestores máximos das unidades escolares no âmbito de temáticas como: Educação Especial com vistas à Educação Inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos, no que tange a busca de garantia de direitos que assegurem os preceitos descritos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, decreto 6.949/09 (BRASIL, 2009). De acordo com a observação atenta às propostas de implementação dos processos de inclusão na rede pública de ensino, é possível identificar a necessidade de formação de gestores nas

temáticas citadas, com o objetivo de criação de práticas em consonância com as políticas públicas e diversidade, buscando a autonomia e liberdade da pessoa com deficiência, o respeito às diferenças, acessibilidade, rompendo com práticas capacitistas ainda presentes nos discursos no contexto escolar.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

O presente projeto visa contribuir para a construção de práticas inclusivas no âmbito da gestão nas escolas municipais em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, que busquem a promoção dos preceitos dos direitos humanos, garantia de equidade e liberdade no exercício da cidadania, com base no respeito à inclusão da pessoa com deficiência, a partir da formação de gestores e estudo da implementação de políticas públicas.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer relações entre os marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, documentos que respaldam a implementação do processo no ambiente educacional e suas relações com as práticas;
- Promover a discussão sobre as políticas públicas e a construção de uma gestão democrática e inclusiva de fato;
- Conhecer estratégias de acessibilidade e tecnologia assistiva, utilizando ferramentas diferenciadas;
- Inferir sobre o compromisso firmado pelos estados federados e suas respectivas autarquias, com relação à adesão e implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, decreto 6.949/2009 (BRASIL, 2009);
- Criar e construir produtos e ambientes de aprendizagem que promovam práticas inclusivas no contexto escolar;
- Contribuir para a operacionalização da gestão de recursos e implementação

de salas de recursos multifuncionais;

- Promover o debate sobre a responsabilidade coletiva e a participação de toda a comunidade no processo de implementação e manutenção do Atendimento Educacional Especializado nas escolas;
- Analisar a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e os reflexos desta no processo de aprendizagem, segundo os preceitos da equidade e liberdade.

6 PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, serão desenvolvidas atividades síncronas e assíncronas, leituras dirigidas e debates, pesquisa e experimentação, dentre outras. Este tipo de organização tem por objetivo desenvolver experiências humanas e profissionais relacionadas a solidariedade, ao respeito à diferença, ao desenvolvimento da autonomia para a vida produtiva e social.

O planejamento das aulas e o cronograma de atividades do curso serão disponibilizados aos alunos no início do curso.

O IFRJ-câmpus Eng. Paulo de Frontin oferecerá o referido curso na modalidade de educação a distância. Neste sentido, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorrerão a distância, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, a partir do atendimento de tutores qualificados, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliações compatíveis a fim de proporcionar o desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação presentes em lugares e tempos diversos. Aqui, em específico, nos referimos ao Ambiente Virtual de Ensino e a Aprendizagem, na Plataforma Moodle do IFRJ.

Nessa perspectiva, a estrutura curricular alinhada às práticas pedagógicas visa a estimular o aluno a criar soluções e ter iniciativas nas organizações. A metodologia de ensino irá utilizar diversos procedimentos didático-pedagógicos que auxiliem os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais tais como videoaulas, materiais complementares, e atividades avaliativas. Pretende-se, ao longo do curso, favorecer o processo interativo contínuo com o aluno, por meio de fórum de discussões permanente, fornecendo esclarecimentos, bibliografias de apoio, registrando possíveis

experiências e procedimentos que contribuirão para a qualificação profissional dos participantes.

O Curso Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade, conta com uma estrutura curricular de 06 (seis) disciplinas teóricas, sendo 3 disciplinas de formação geral e 3 disciplinas de formação específica. Cada disciplina disponibilizada contém proposta de trabalho com questionamentos (tarefa de aprendizagem) sobre o tema estudado e/ou estudos de caso.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFRJ-CEPF, amparada na Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 51/2016, contempla ações inclusivas, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e na Lei nº 13.146/ 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso de FIC de Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade assegura a acessibilidade, a partir da produção de material acessível, para leitores de tela e tradução para Libras, chamando a atenção para a importância de pensar cada ação de forma que estas sejam democráticas e ao alcance

de todo/as.

7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Quanto aos produtos resultantes da proposta, espera-se a conscientização das lideranças institucionais quanto à importância da criação de práticas inclusivas, a partir de uma gestão democrática, alinhada aos Direitos Humanos. E, o mais importante, a construção de práticas anti-capacitistas, visando a emancipação da pessoa com deficiência, a partir do reconhecimento de suas possibilidades. Espera-se também a construção de materiais, publicações e artigos que problematizem o contexto educacional, com base nas reflexões e dados colhidos durante a experiência de formação e observação de diferentes realidades no estado do Rio de Janeiro.

O estudante aluno do curso deverá demonstrar avanços na aquisição de seus conhecimentos, estando preparado para dar continuidade aos seus estudos. Do ponto de vista da qualificação profissional, estará preparado para atuar nas atividades relativas à área do curso para que possa desenvolver práticas inclusivas em seu cotidiano escolar.

O profissional qualificado pelo IFRJ-CEPF terá como marcas formativas: domínio técnico-científico, visão crítica e colaborativa. Essas marcas reforçam o compromisso da instituição com a formação integral do ser humano, considerando aspectos relacionados ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

8 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O concluinte estará apto à atuar em escolas públicas e privadas a partir da aplicação de práticas inclusivas construídas durante o curso, favorecendo a implementação de ações inclusivas neste contexto.

9 PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO

Os pré-requisitos para o acesso ao curso são: Ser maior de 18 anos, com formação em curso de graduação na área de educação, assim como, atuar como gestor ou profissional da educação em escolas públicas e privadas, distribuídas em território nacional, segundo a necessidade e urgência de formação nas áreas de

Diversidade e Inclusão, visando à construção de propostas inclusivas em localidades com grande incidência de estudantes incluídos nas redes pública e privadas de educação.

10 MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO

Os mecanismos de acesso serão especificados em Edital Público.

11 MATRIZ CURRICULAR

(De acordo com o descrito no do Art. 13 do CAPÍTULO I – Do Planejamento do Projeto Pedagógico dos Cursos FIC – do Regulamento dos Cursos FIC)

A organização curricular parte do pressuposto que fazemos parte de um processo histórico e que nossa atuação pode fazer a diferença no cotidiano, através da construção de novos saberes, buscando assim, subsidiar o entendimento de nossos alunos dos princípios teóricos e práticos para desenvolver ações inclusivas. Para a implementação desta prática educativa, a proposta segue embasamentos freirianos na dimensão dialógica “teoria e prática”, como momentos estratégicos do curso, em que o aluno constrói conhecimentos, habilitando o aluno a “ler o mundo”, aprender a ler (conhecer) para, em seguida, poder reescrever essa realidade (transformar).

Pensando, especificamente no termo linguagem dialógica entendemos que nele, reunimos dois termos, a saber: linguagem, que é a capacidade que todo ser humano possui de manifestar-se, seja através da capacidade de dar informações sobre si e sobre os outros; de expor seus sentimentos, ideias, crenças e valores e dialógica, advindo de dialogismo, que vem de diálogo; que é crer numa educação que nos remete à construção efetiva do compartilhamento de saberes, permeando o processo educativo.

Nessa perspectiva, a linguagem dialógica precisa levar em consideração nosso interlocutor, que no debate terá despertada a sua curiosidade epistemológica, já que ensinar exige respeito aos saberes de nossos estudantes, respeito ao que já trazem antes de chegarem à escola, na discussão dos problemas que assolam a sociedade e que os colocam a mercê do sistema. Ser dialógico, na concepção freireana é ter a possibilidade de, como professor:

[...] discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 2002, p.15)

Nesse sentido, o propósito de trabalho e a construção dos materiais didáticos nos cursos FIC do IFRJ-CEPF busca a promoção do acesso e da autonomia do educando, num espaço

pedagógico constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas e fundamentadas numa perspectiva interdisciplinar. Na elaboração das matrizes de curso, a distribuição das disciplinas se dá da seguinte maneira: 6 disciplinas didáticas e carga horária geral do curso de 180 horas.

O Quadro a seguir descreve a matriz curricular do curso e, no seguimento, são apresentados os programas das disciplinas. No entanto, podem haver adaptações para melhor atender aos estudantes, tanto durante a primeira oferta dos cursos, como em futuras edições, uma vez que a atividade de Desafios da Gestão Democrática e suas relações com as práticas em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e a Diversidade oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática.

Núcleo de Formação	Componente Curricular	Carga horária
Social – núcleo comum	Projeto Político Pedagógico, participação e aprendizagem	30h
	Gestão Escolar, Diversidade e Direitos Humanos	30h
	PDDE SRM- Financiamento, Adesão e gestão de Recursos	30h
Profissional – núcleo específico	Marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	30h
	Gestão Escolar e Acessibilidade	30h

	Atendimento Educacional Especializado: construção coletiva e participativa	30h
Carga Horária Total do Curso		180h

12 EMENTÁRIO

12.1 Temáticas e detalhamentos:

As temáticas abordadas no curso giram em torno da criação de políticas públicas de inclusão e o impacto destas no cenário educacional, assim como na sociedade. Dentre essas mudanças podemos citar a organização da sociedade civil a partir da criação de conselhos para as pessoas com deficiência, ampliando a discussão para além das condições mínimas de acesso e permanência em diferentes espaços sociais.

Tais questões serão discutidas na disciplina de Marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, pois é necessário compreendermos como a inclusão vem sendo vivenciada no ambiente escolar, a partir do momento em que concebemos a construção de um novo modelo de Educação Especial como a substituição de um modelo já existente, para que seja elaborada uma nova proposta.

Na disciplina de Gestão Escolar, Diversidade e Direitos Humanos ressalta-se o fato de existir um movimento nas escolas públicas, a partir da criação de instrumentos legais, além de projetos que apoiam a implementação de salas de recursos multifuncionais, adaptação de escolas quanto à acessibilidade, cursos de formação, através de Planos como o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) desenvolvidos pelo Ministério da Educação em parceria com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) se torna um diferencial. A questão central da disciplina se sustenta na criação de estratégias de gestão escolar que se comprometam com a garantia dos direitos humanos, com base nos preceitos da Convenção da pessoa com deficiência, que busca erradicar quaisquer formas de discriminação ou preconceito.

Assim, é necessário conceber a ideia de que escola deve ser um lugar em que a aprendizagem acontece de forma diferente para todos, sendo que a escola não “mede” o saber pela quantidade do que se sabe que não é mais um espaço considerado homogêneo, que a cor da pele não determina a vida de ninguém. Assim, torna-se necessário conceber a inclusão educacional em sua completude, de acordo com o objetivo de garantir os direitos de todos os indivíduos considerados marginalizados, devido à condição de vida, raça, cor, crença e opção

sexual, Pacheco (2012, p. 26) reforça que “A inclusão é escolar e social”. Tais considerações serão discutidas na disciplina de Atendimento Educacional Especializado: construção coletiva e participativa.

Assim, o Atendimento Educação Especializado faz parte da Educação Especial, pois é a modalidade que atende às pessoas com deficiência, mas com uma abordagem original para que seja constituído um modelo diferenciado, pautado na criação de novas práticas. Desta forma, as políticas públicas construídas para a implementação do processo de inclusão são frágeis e cursos como esses são necessários para o fortalecimento das mesmas.

Neste sentido as disciplinas como: Gestão Escolar e Acessibilidade, PDDE SRM-Financiamento, Adesão e gestão de Recursos ; e Projeto Político Pedagógico, participação e aprendizagem, contribuem para que as práticas sejam construídas de forma a buscar o acesso, sucesso e permanência dos estudantes, de acordo com estratégias diferenciadas de atendimento, com bse na tecnologia assistiva, conceitos relacionados à acessibilidade e ao acolhimento.

O primeiro passo para uma ação exitosa é reconhecer a diferença, levando em conta a forma com a qual a inclusão é construída, imbricada nas próprias relações estabelecidas em sala de aula, entre o aluno e a escola, e, em última análise, entre o aluno e a comunidade escolar.

Por fim, quanto a oferta do curso a proposta traz o formato semipresencial, com a parte teórica EaD e dois encontros presenciais, a aula inaugural e o encerramento com um evento para apresentação dos produtos confeccionados. A plataforma utilizada será o moodle do IFRJ, a partir do suporte da equipe técnica.

As ementas das disciplinas estão disponibilizadas no Apêndice I.

13 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO

De acordo com o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC (Resolução IFRJ/CONSUP nº 41, de 19 de dezembro de 2018), a avaliação será contínua, permanente, cumulativa, processual, formativa e articulada ao projeto pedagógico da Instituição, considerando-se as experiências/procedimentos gerais e específicas a serem desenvolvidas nas diversas áreas de conhecimento dos cursos oferecidos.

A avaliação se dará por meio da utilização de, no mínimo, 2 (dois) instrumentos por componente curricular, a fim de orientar as intervenções pedagógicas nos processos de ensino e aprendizagem, contemplando abordagens que valorizem mais os aspectos qualitativos e

resultados ao longo do processo. Em relação ao componente curricular Empreendedorismo, que será oferecido na modalidade de educação a distância, por meio do EVEA do moodle do IFRJ, serão utilizadas ferramentas de mediação como: participação em fóruns, envio de tarefas e o aluno assistindo os vídeos disponibilizados, onde no final será gerado um relatório das atividades.

Cabe salientar, de início, que inicialmente, o controle de presenças e faltas ficará a cargo do professor da disciplina. Contudo, com o intuito de garantir não apenas o acesso, mas

também a permanência e o êxito dos estudantes, a equipe da Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP) desenvolverá, em parceria com a Coordenação do Curso, ações para enfrentamento às causas de retenção e evasão.

Será considerado aprovado o educando que obtiver nota, em cada componente curricular, igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária presencial total do curso, compreendendo aulas teóricas e/ou práticas, segundo os Art.36 e 37 do regulamento acima citado.

14 CERTIFICAÇÃO

De acordo com o Art. 40, o IFRJ conferirá certificados de Formação Inicial e Continuada referentes aos cursos que ministra, observada a legislação em vigor, a autorização específica dos órgãos competentes e instruções normativas, em consonância com a política institucional de Gestão Acadêmica do IFRJ, particularizadas aos cursos FIC.

Os certificados serão registrados e emitidos pelo IFRJ, respeitado os prazos para confecção dos documentos.

15 INFRAESTRUTURA

Para a realização do curso são necessários: uma sala de aula com quadro branco, equipada com projetor e computador (para atendimento de estudantes, caso seja necessário), 20 mesas e cadeiras de uso individual; biblioteca, contendo obras referentes à temática do curso; laboratório de Informática com acesso à internet; AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) para hospedar o curso e permitir a realização das atividades pelos cursistas.

A sala da Incubadora do Silício Fluminense ficará disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h para o uso dos computadores, caso o cursista não tenha condições de acessar em

sua residência por falta de computadores ou rede de internet.

16 RECURSOS PARA A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO DISCENTE

Com o intuito de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo IFRJ câmpus Engenheiro Paulo de Frontin, no sentido de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes, a equipe de Coordenação Técnico Pedagógica (COTP) desenvolverá, em parceria com todos os setores do câmpus e a Coordenação de curso, ações de diagnóstico e enfrentamento às causas de retenção e evasão. Os estudantes poderão contar também com os horários de atendimento individualizado com os professores de cada componente curricular – desde que sejam agendados previamente de acordo com a disponibilidade professor.

17 BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Casa Civil. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: 2009. Disponível em [Decreto nº 6949 \(planalto.gov.br\)](#), acesso em 26/04/2024.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: . Acesso em: 30 jun 2023.

_____. **Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 2020. Disponível em [D10502 \(planalto.gov.br\)](#), acesso 28/08/2023.

_____. **Decreto 11.370, de 01 de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em [D11370 \(planalto.gov.br\)](#), acesso em 28/08/2023.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>, acesso em 29/10/2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro**

de 1996. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acesso em 05/09/2013.

_____. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.** Brasília: 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm, acesso em 12/11/2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia PRONATEC de Cursos FIC.** 4ª edição, 2016. Disponível em: https://map.mec.gov.br/projectdemandantesbolsaformacao/wiki/Guia_FIC_-_4%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 15 dez. 2022. IBGE **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/engenheiro-paulo-de-frontin>. Acesso em 07 de setembro de 2022.

IFRJ. **Resolução CONSUP/IFRJ nº 41**, de 19 de dezembro de 2018 - Regulamenta oferta de cursos de Formação Continuada - FIC, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u312/resolucao_no_41-2018 aprova o regulamento dos cursos de formacao inicial e continuada fic - copia.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2024.

MUNICÍPIO de **Engenheiro Paulo de Frontin.** Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-engenheiro-paulo-de-frontin.html>. Acesso em 07 de setembro de 2022.

MÜLLER, T. M. P.; GLAT, R. **Uma professora muito especial.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

PACHECO, J. **Berços da desigualdade.** In: GOMES, M. Construindo as trilhas para inclusão. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 p. 23- 36.

PREFEITURA **Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin.** Disponível em: <https://www.govserv.org/BR/Engenheiro-Paulo-de-Frontin/1704693119832912/Prefeitura-Municipal-de-Engenheiro-Paulo-de-Frontin>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

18. APÊNDICE I

DISCIPLINA	Marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva		
Carga Horária	30 horas	Tema:	Marcos Legais da Educação Especial Inclusiva no Brasil
<p style="text-align: center;">Objetivos</p> <p>Compreender a evolução da Educação Especial e o processo de construção do conceito de Educação Inclusiva, a partir do estudo da história, análise de documentações e marcos legais.</p> <p style="text-align: center;">Ementas</p> <p>Ambiente virtual de aprendizagem Moodle e suas principais ferramentas; Apresentação de um tipo de configuração de EaD: Mooc; Metodologias de estudo baseados nos princípios de autonomia, interação e cooperação em cursos a distância.</p>			
Bibliografia Básica			
BELLONI, M. L. Educação a Distância. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008. E SILVA, C. R. de O. Educação a Distância. 3a ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2009. LITTO, F. M.; FORMIGA M. Educação a Distância – O Estado da Arte. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008			
Bibliografia Complementar			
LIMA, A. Fundamentos e Práticas na EaD. 1a ed. Natal: UFRN – ETEC – Brasil, 2009. MORAES, R. C. Educação a Distância e Ensino Superior: Introdução didática a um tema polêmico. 5. Ed. São Paulo: Senac, 2010. MATTAR, J. Tutoria e Interação em Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
Docente	Ricardo Esteves Kneipp		

DISCIPLINA	Marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva		
Carga Horária	30 horas	Tema:	Marcos Legais da Educação Especial Inclusiva no Brasil
Objetivos			
Compreender a evolução da Educação Especial e o processo de construção do conceito de Educação Inclusiva, a partir do estudo da história, análise de documentações e marcos legais.			
Ementas			
Declaração Universal dos Direitos Humanos. Educação Especial e Políticas Públicas no Brasil. Constituição Federal (1988). Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - Lei 9394/96. Estatuto da Criança e do Adolescente. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei Brasileira de Inclusão - LBI 2015			
Bibliografia Básica			
<p>MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil. História para e políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>BRASIL. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.</p> <p>BRASIL, Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 3.956/01. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.</p> <p>BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 02 de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;</p> <p>BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei Nº 9.394. 1996.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.436: que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília, 2008.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.</p> <p>Brasília/DF, 1990. UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais. Paris: UNESCO. 1994.</p> <p>BRASIL, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.</p>			

Bibliografia Complementar	
<p>BRASIL. PARECER CNE/CP Nº 050/2023 - Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA);</p> <p>PACHECO, José e outros. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>PADILHA, Caio Augusto Toledo. Educação e inclusão no Brasil (1985-2010). 391 f. Dissertação. Mestrado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.</p> <p>RODRIGUES, David. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2006. p. 275 – 297.</p>	
Docente	Edineia da Silva

DISCIPLINA	Gestão Escolar, Diversidade e Direitos Humanos		
Carga Horária	30 horas	Tema:	Desafios e práticas em Gestão Escolar e Diversidade
<p style="text-align: center;">Objetivos</p> <p>Investigar sobre as temáticas da Diversidade e Direitos Humanos no intuito de relacioná-las com as práticas da Gestão escolar e os desafios que permeiam o cotidiano escolar. Debater sobre os direitos humanos e suas aplicações práticas na área da gestão.</p> <p style="text-align: center;">Ementas</p> <p>Histórico dos Direitos Humanos. Fundamentação e inversão ideológica dos direitos humanos. Reconhecimento intercultural e políticas públicas em direitos humanos. Tópicos de direitos humanos e diversidade. Gestão democrática e o conceito de diversidade em Direitos Humanos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL, MEC. Carta para o Terceiro Milênio. Brasília, 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf, acesso em 20/02/2016.</p> <p>_____. Declaração de Salamanca: sobre princípios políticos e práticas. Brasília: 1996, disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf, acesso em 18/04/2016.</p> <p>_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf, acesso em 29/10/2016.</p> <p>BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 20/03/2016.</p> <p>_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em 05/09/2013.</p> <p>BRASIL. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um activista dos direitos humanos. Coimbra: Ed. Almedina. 2013.</p>			
Bibliografia Complementar			

BRASIL, UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm, acesso em 20/02/2016.

BRASIL, UNICEF. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm, acesso em 18/04/2016.

ORRÚ, S. E. **Inclusão e Diferença: sentidos da humanidade**. In: A inclusão Menor e o Paradigma da Distorção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 p. 110 - 136

Pacheco, J. **Berços da desigualdade**. In: GOMES, M. Construindo as trilhas para inclusão. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 p. 23- 36.

_____.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L.; VÉRAS, M. P. B. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

Docente	Bruno Viviane dos Santos
----------------	--------------------------

DISCIPLINA	Gestão Escolar e acessibilidade		
Carga Horária	20 horas	Tema:	Educação 4.0: Integrando Tecnologia, Inovação e Acessibilidade na Escola
<p style="text-align: center;">Objetivos</p> <p>Desenvolver conhecimentos e habilidades para integrar a tecnologia, a inovação e a acessibilidade na prática pedagógica, criando ambientes de aprendizagem mais engajadores, personalizados e inclusivos, a partir da garantia que toda comunidade escolar tenha acesso equitativo à educação e às tecnologias digitais. Desenvolver metodologias inovadoras e utilizar ferramentas digitais para promover a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência. Conhecer estratégias de acessibilidade e tecnologia assistiva, utilizando ferramentas diferenciadas;</p> <p style="text-align: center;">Ementas</p> <p>A disciplina "Educação 4.0: Integrando Tecnologia, Inovação e Acessibilidade na Escola" visa preparar os futuros educadores para os desafios e oportunidades da educação no século XXI. Através de uma abordagem teórica e prática, os cursistas desenvolverão os conhecimentos e habilidades necessários para integrar a tecnologia, a inovação e a acessibilidade na prática pedagógica, criando ambientes de aprendizagem mais engajadores, personalizados e inclusivos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ALMEIDA, Fernando José de. Educação e Informática: os computadores na escola, São Paulo: Cortez, 2005. BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 29.</p> <p>_____. Política e Educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 114.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.</p> <p>RODRIGUES, David. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2006. p. 275 – 297.</p> <p>SILVA, Patricia, K. L. e. A escola na era digital. In Vivendo esse mundo digital Impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Abreu, Eisenstein, Estefenon e Orgs., Porto Alegre, Artmed, 2013.</p> <p>STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. LOPES, Corcini, M. FABRIS, Henn, E. T. Inclusão & Educação.</p> <p>VIEIRA, Josimar de Aparecido. Aprendizagem por projetos na educação superior: posições, tendências e possibilidades. Rev. Travessia, n. 4. Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/educacao/pdfs/APRENDIZAGEM%20POR%20PROJETOS.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.</p>			

Bibliografia Complementar	
GABRIEL, Martha. Educar a revolução digital na educação . 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2013 GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Educação na era digital: A Escola Educativa . Porto Alegre: Penso, 2015. PAPERT, S. Mindstorms: children, computers, and powerful ideas . Basic Books, 1993. _____. The children's machine: rethinking school in the age of the computer . Basic Books, 1993.	
Docente	Priscila Ferreira Bento

DISCIPLINA	Atendimento Educacional Especializado: construção coletiva e participativa		
Carga Horária	30 horas	Tema:	Educação Inclusiva e a implementação do Atendimento Educacional Especializado
<p style="text-align: center;">Objetivos</p> <p>Compreender a evolução da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado como construção coletiva e participativa na gestão democrática, a partir da análise de estudos/pesquisas, documentações e marcos legais. Promover o debate sobre a responsabilidade coletiva e a participação de toda a comunidade no processo de implementação e manutenção do Atendimento Educacional Especializado nas escolas.</p> <p style="text-align: center;">Ementas</p> <p>A disciplina tem como ementa a compreensão da evolução da Educação Especial na perspectiva inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado como construção coletiva e participativa, prática colaborativa, na gestão democrática. Legislações, políticas e pesquisas que abordam Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado como prática colaborativa.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011.</p> <p>BRASIL. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Relatório Mundial sobre a Deficiência. São Paulo, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf , acesso em 01/04/2024.</p> <p>MACIEIRA, W. Lei Brasileira da Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) traz avanços para o país. Publicação CONADE nº 7, Abr. 2016.</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. <i>Rev. Bras. Educ.</i> [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.387-405. Para acesso ao artigo, utilize o link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.</p> <p>OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de; MANZINI, Eduardo José. Encaminhamento e Perfil do</p>			

Público-Alvo da Educação Especial de uma Sala de Recursos Multifuncionais: Estudo de Caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 2016. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2016, vol.22, n.4, pp.559-576. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000400559&script=sci_abstract&tlng=pt.

Bibliografia Complementar

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. LOPES, Corcini, M. FABRIS, Henn, E. T. **Inclusão & Educação**.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Docente

Carla Miccichelli

DISCIPLINA	PDDE SRM – Financiamento, Adesão e gestão de Recursos		
Carga Horária	20 horas	Tema:	Gestão de recursos e implementação de SRM
Objetivos			
Compreender sobre a documentação vigente que alicerça a implementação das salas de recursos multifuncionais, assim como os recursos necessários para tal ação. Analisar situações de implementação, acompanhamento e avaliação em consonância com o Projeto Político Pedagógico. Contribuir para a operacionalização da gestão de recursos e implementação de salas de recursos multifuncionais			
Ementas			
Processo de implantação das SRM. Estudar sobre o planejamento das SRM. Processo de indicação de unidades para a montagem dos espaços. Demandas para atendimento. Prestação de contas.			
Bibliografia Básica			
BRASIL, FNDE. Resolução nº 15, de 07 de outubro de 2020. Brasília, 2020. Disponível em Resoluon15de07deoutubrode2020.ProgramaSaladeRecursosMultifuncionais..pdf (www.gov.br), acesso em 30/04/2024.			
BRASIL, MEC. Documento orientador Programa Escola Acessível. Brasília, 2013. Disponível em index.php (mec.gov.br) , acesso em 30/04/2024.			
BRASIL, MEC. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em EDUCAO INCLUSIVA: POLITICA NACIONAL DE EDUCAO ESPECIAL (mec.gov.br) , acesso em 30/04/2024.			
OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de; MANZINI, Eduardo José. Encaminhamento e Perfil do Público-Alvo da Educação Especial de uma Sala de Recursos Multifuncionais: Estudo de Caso. <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> . 2016. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2016, vol.22, n.4, pp.559-576. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000400559&script=sci_abstract&lng=pt .			
Bibliografia Complementar			

MEC, RENAFOR. **Renafor/Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Anti Capacitismo na Educação.** Disponível em [#MECAoVivo | Renafor/Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva \(youtube.com\)](#), acesso em 30/04/2024.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios.** São Paulo: Editora Moderna, 2011. BRASIL. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório Mundial sobre a Deficiência.** São Paulo, 2011.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999. LOPES, Corcini, M. FABRIS, Henn, E. T. **Inclusão & Educação.**

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

Docente	Sabrina Araujo de Almeida
----------------	---------------------------

DISCIPLINA	Projeto Pedagógico, participação e aprendizagem
-------------------	--

<p>Carga Horária</p>	<p>30 horas</p>	<p>Tema:</p>	<p>Gestão Democrática e Inclusão Escolar: participação e aprendizagem</p>
<p style="text-align: center;">Objetivos</p> <p>Trabalhar o Projeto Político Pedagógico como um dos mecanismos da Gestão Democrática; Discutir as principais legislações referentes a Gestão Democrática e a Inclusão Escolar; Estabelecer relações entre Gestão Escolar, Gestão Democrática e Inclusão Escolar; Verificar mecanismos de participação da sociedade civil que favorecem a Gestão Democrática; Possibilitar discussões inerentes a importância e a relação da Inclusão Escolar e a aprendizagem dos estudantes com ou sem deficiência e/ou necessidades específicas. Analisar a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e os reflexos desta no processo de aprendizagem, segundo os preceitos da equidade e liberdade.</p> <p style="text-align: center;">Ementas</p> <p>A disciplina em tela tem como base de discussão os princípios constitucionais da Gestão Democrática e da Inclusão Escolar, apresentando e problematizando questões relacionadas a participação da comunidade escolar e toda sociedade civil na construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, além dos desafios inerentes a aprendizagem de estudantes com ou sem deficiência e/ou necessidades específicas. Para tanto, a disciplina está dividida em quatro eixos fundamentais. A saber: 1º - Gestão Democrática: legislação, principais aspectos e teoria; 2º - Inclusão Escolar e direitos humanos: Legislação, teoria, desafios e principais aspectos; 3º - participação: a indissociabilidade entre teoria e prática e os processos legítimos de participação da sociedade civil - Projeto Político Pedagógico; 4º - Desafios para a aprendizagem dos estudantes no contexto da inclusão escolar.</p>			
<p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p>			
<p>BARROSO, João. Incluir, sim, mas onde? Para uma reconceituação sociocomunitária da escola. In: RODRIGUES, David (org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. 275- 297p.</p> <p>UBET, François. A escola e a Exclusão. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p 29-45, julho/2003.</p> <p>AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). Diferenças e preconceitos. São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>VYGOTSKI, L.S. 1998. Obras escogidas. Madrid : Editorial Pedagógica. 6 v. v.5.</p> <p>CARMO, Carolina de Freitas. Educação Inclusiva I, 2019.</p> <p>PADILHA, Caio Augusto Toledo. Educação e inclusão no Brasil (1985-2010). 391 f. Dissertação. Mestrado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.</p> <p>PACHECO, José e outros. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>			

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. Revisão de Conteúdos.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069. Brasília/DF, 1990. UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais**. Paris: UNESCO. 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei Nº 9.394. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 3.956/01**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei n. 10.436**: que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2008.

_____. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: 2009. Disponível em [Decreto nº 6949 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br), acesso em 26/04/2024.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. São Paulo. Cortez, 2001.

_____. **Organização escolar e democracia radical**. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educ. Soc.**, v. 15, n. 129, p. 1067-1083, out-dez. 2014.

_____. L. C. (2011). **A escola como organização educativa**: Uma abordagem sociológica (4ª ed.). Cortez.

_____. Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In: Lucena, C.; Silva J. J. R. **Trabalho e Educação no Século XXI**: experiências internacionais. São Paulo: Xamã, 2012. pp. 129- 158.

_____. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr., 2018.

_____. A gestão democrática das escolas como referencial político, educativo e simbólico: entrevista com o professor Licínio Lima. **Movimento -Revista de Educação**, Niterói, ano 8, n.8, p.2 44-256, jan./jun. 2018. Entrevista concedida a Amaral, D. P.

Bibliografia Complementar

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 v.3.

SUPLINO, M. **Retratos e imagens das vivências inclusivas de dois alunos com autismo em classes regulares.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LÜCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

Docente	Diones Bernardes dos Santos Motta
---------	-----------------------------------